

» As vozes do silêncio: Por que falar de feminicídio?

A causalidade psíquica é o que emerge das relações entre natureza e cultura.
André Green, 1995

Dar voz ao silêncio das fantasias e aos desejos inconscientes, assim como aos aspectos mais obscuros e temidos da psique humana, constitui nossa tarefa psicanalítica. Como clínicos, nos submergimos no mundo interno do indivíduo, sua subjetividade, seu inconsciente... Como se inserem os temas sociais e políticos, como a violência de gênero e o feminicídio, em nossa prática clínica?

O fenômeno do feminicídio e da violência de gênero não são novos. Os feminicídios tem se manifestado ao longo da história, desde queimar bruxas no passado, até o antigo costume do infanticídio feminino em algumas culturas, e atualmente o feminicídio é a mais grave expressão de uma longa e trágica cadeia de violência de gênero, estruturada tanto no psíquico como no social.

O que é relativamente recente é o uso do termo *feminicídio* de forma legal, termo que se define como a “morte violenta de mulheres por razões de gênero, seja quando ocorre dentro da família, por parte de qualquer pessoa, ou que seja perpetrada ou tolerada

pelo Estado e seus agentes, por ação ou omissão” (Comissão Interamericana de Mulheres da Organização dos Estados Americanos, 2008). Isto é, trata-se de um tipo de violência particular por razões de gênero, e daí a diferença com o homicídio.

As vozes do silêncio são as de centenas de milhares de vítimas cujos mortos ficam impunes, silêncio imposto também pela normatização da violência feminicida em nossa cultura patriarcal e machista. Sem dúvida, hoje em dia, representam a pandemia dentro da pandemia. No México, há pelo menos dez feminicídios diários, tanto de adultas como de meninas, sem contar os homicídios dolosos e as cifras de desaparecidas. Segundo números oficiais, 97% dos feminicídios permanecem impunes (González, 2021).

Como, apesar dos enormes avanços na legislação de equidade de gênero, de políticas públicas com perspectiva de gênero, dos avanços na educação para mulheres, do controle da natalidade e outros progressos, continua existindo um alto grau de

discriminação e violência feminicida? Que fatores propiciam que seja normatizada e perpetrada?

A partir de duas experiências de trabalho comunitário relacionado com violência de gênero, ao levar a psicanálise mais além do divã, começamos a compreender alguns aspectos que favorecem a perpetração desse tipo de violência (Berman, 2017; Berman *et al.*, julho de 2019). Percebemos que existem elementos tanto da subjetividade feminina, como da masculina, que tornam difícil uma mudança radical para diminuir a incidência desta pandemia.

A subjetividade feminina e masculina começa a ser construída no início da vida. Nascermos em entornos culturais e familiares que nos ditam as expectativas sobre o que representa ser mulher e homem. O contrato narcisista (Aulagnier, 1975/1977) contribui também para moldar nossos papéis de gênero e quem devemos ser em nosso contexto social. Como isso contribui para a perpetração da violência de gênero?

Não é possível compreender este fenômeno a partir do ponto de vista de uma causalidade linear, sem que faça necessário recorrer ao conceito de *causalidade recursiva* (Morin, 1994). A perpetração da violência de gênero pode ser compreendida como produto da retroalimentação em um looping, que se dá em uma interação entre o individual e o social, e entre o feminino e o masculino, o que a converte em um problema estrutural.

A cultura designa e impõe papéis de gênero, e em muitos países latino-americanos, o papel masculino está associado à atividade, à potência, ao poder, ao domínio, à força, à autoridade, à independência; em contrapartida, o papel feminino está associado à passividade, à receptividade, à impotência, à submissão, à fragilidade, à docilidade e à dependência (Oñate, 21 de julho de 2018).

A fragilidade da identidade masculina em nossa cultura se expressa pelo machismo, e é promovida pela ausência emocional do pai e um tipo de vínculo particular com a mãe. Entendemos o machismo do homem como a defesa narcísica patológica utilizada para negar sua vulnerabilidade e exces-

siva dependência infantil renegada ou desmentida. “Ele nega sua vulnerabilidade, dependência e frágil identidade masculina, com alardes potentes de domínio, controle, temeridade e desprezo” (Berman e Roel, 1993, p. 119). Esse tipo de homem projeta na mulher sua própria desvalorização, sua fragilidade, e a trata como objeto despojado de subjetividade que deve cumprir suas necessidades narcísicas. Pode lhe atribuir traços que muitas vezes coincidem com a visão que a mulher tem de si mesma.

Para alguns homens, tanto a proximidade como a distância e a autonomia da mulher resultam muito ameaçantes e representam um atentado contra suas necessidades de controle e onipotência, o que pode fazer com que se sintam diminuídos, humilhados, magoados, podendo passar ao ato, e buscar vingança, com explosões de ódio, fúria narcisista e fúria paranoide.

A mulher se converte em uma ameaça, na fonte de um desprazer extremo, no inimigo que é preciso destruir e aniquilar. Daí que o feminicídio expresse uma necessidade de destruir sadicamente o corpo feminino e o que ele representa. O ato feminicida pode ser interpretado socialmente como uma advertência para inibir e sufocar a busca de autonomia das mulheres, como uma expressão simbólica de poder contra quem se atreva a desafiar o *statu quo* ou a hegemonia do poder masculino, desafio que se paga com a vida (Arteaga e Valdés, 2010).

O tema das dificuldades femininas frente aos processos de poder na cultura patriarcal foi amplamente discutido em contextos interdisciplinares. Em nossa experiência na comunidade, notamos que, apesar dos importantes avanços do movimento feminista, existem ainda profundas resistências inconscientes para uma completa aceitação subjetiva da igualdade de direitos em muitas mulheres.

Estas resistências derivam de identificações e introjeções inconscientes, e dos mandatos, códigos sociais e culturais incorporados pelas mulheres a partir da cultura patriarcal e machista. Alguns desses se expressam na cultura popular em frases como: “Calada você fica mais bonita”; “A mulher deve ser como a espingarda,

* Asociación Mexicana para la Práctica, Investigación y Enseñanza del Psicoanálisis.

sempre carregada e em um canto". Nesse discurso social e intrapsíquico, o papel da mulher é cuidar e estar atenta ao outro; não se justifica sua existência por si mesma nem para si mesma. Inculcam na mulher a abnegação e o sacrifício pelos outros (Lagarde, 2016). Estas imposições dos papéis de gênero, mandatos e proibições se internalizam como ideais a serem alcançados. A autonomia é percebida por muitas mulheres também como um perigo de abandono e solidão.

Observamos uma especial proibição e dificuldade em muitas mulheres para a expressão de sua agressão que, ou é reintrojada e se manifesta em depressão, somatizações, etc., ou é expressa por meio de explosões que, em sua maioria, são interpretadas pelos demais como "estão fazendo drama". As manifestações de assertividade ou as expressões justificadas de agressão são percebidas por elas e pelos outros como perigosas, loucas e descontroladas.

O dito acima, permite entender como se reforça a violência de gênero por dinâmicas inconscientes femininas e masculinas, nas quais o homem pode se sentir com necessidade e direito de impor seu poderio, e a mulher parece acatar inconscientemente este mandato, pode submeter-se e recriar o mesmo contexto que a mantém subjugada por meio de pactos denegativos (Kaës, 1989) e cadeias identificatórias nas quais se perpetuam estas dinâmicas por gerações. É importante apontar que esses processos foram observados em mulheres que conscientemente sabem que têm direitos iguais, definem-se como autônomas, mas nas quais se observou o mesmo padrão atuado inconscientemente. Todas estas percepções, nos levaram a concluir que não basta lutar contra a violência por meios políticos ou sociais, não basta conhecer os direitos e as premissas feministas; é requerida uma profunda mudança interna, para a qual os psicanalistas temos muito a contribuir.

A psicanálise teve que revisar sua própria conceitualização do feminino e do masculino (Glocer Fiorini e Abelin-Sas, 2010; Burin, 1987/2002; Burin e Meler, 2000).

A escuta analítica requer uma abertura para compreender os aspectos de gênero e a maneira em que permeiam o material de nossos pacientes. Como aponta Santos (2017), o analista necessita oferecer uma escuta "segura", que não repita no contexto da análise a denegação da violência e da problemática de gênero que nem sempre se manifesta abertamente. Da mesma forma, necessitamos considerar o impacto do trauma social em que estamos imersos e a maneira com que perturba ou dificulta o trabalho analítico. Consideramos que os analistas não podemos permanecer desconectados do entorno social e de seu impacto em nós mesmos e nos processos intrapsíquicos. Em nossa experiência, o trabalho mais próximo com violência de gênero transformou nossa escuta analítica, nos enriqueceu e nos permitiu perceber aspectos silenciados em nós e em nossas pacientes. Romper o muro do silêncio em relação ao horror, a magnitude e intensidade da violência feminicida no México nos permitiu também compreender como a violência em todas as suas formas permeia o cotidiano da vida de nossas pacientes, e que, frente a isso, temos que emprestar nossa voz e estar mais alertas em nossa escuta analítica.

REFERÊNCIAS

- Arteaga, N. e Valdés J. (2010). Contextos socioculturales de los feminicidios en el Estado de México: Nuevas subjetividades femeninas. *Revista Mexicana de Sociología*, 72(1), 5-35.
- Aulagnier, P. (1977). *La violencia de la interpretación*. Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1975).
- Berman, R. (2017). Girls at risk: Paths to safety, interventions with female adolescents at sexual risk in Quintana Roo, Mexico. Em P. L. Ellman e N. R. Goodman (ed.), *The courage to fight violence against women: Psychoanalytic and multidisciplinary perspectives* (pp. 47-62). Londres: Karnac.
- Berman, R. e Roel, G. (1993). La mujer, cómplice inconsciente del machismo. *Imagen Psicoanalítica*.
- Berman, R., Guzik, D., Jiménez, E., Oñate, C. e Rojas, R. (julho de 2019). *The group as a mirror: Working with normalized gender violence introjected in mexican female identity*. Trabalho original publicado no 51º Congreso IPA, Londres.
- Burin, M. (2002). *Estudios sobre la subjetividad femenina: Mujeres y salud mental*. Buenos Aires: Librería de Mujeres. (Trabalho original publicado em 1987).
- Burin, M. y Meler, I. (2000). *Varones: Género y subjetividad masculina*. Buenos Aires: Paidós.
- Comisión Interamericana de Mujeres de la Organización de los Estados Americanos (2008). *Declaración sobre el femicidio*. Disponível em: <https://www.oas.org/es/mesecvi/docs/DeclaracionFemicidio-ES.pdf>
- Glocer Fiorini, L. e Abelin-Sas, G. (ed.) (2010). *On Freud's "femininity"*. Londres: Karnac.
- Gonzalez Díaz, M. (2021). Feminicidios en México | Arussi Unda, de Las Brujas del Mar: "El machismo y la impunidad hacen la mezcla perfecta en donde se odia a las mujeres y no pasa nada" <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-55885880> Recuperado em 9 de abril de 2021
- Green, A. (2005). *La causalidad psíquica: Entre naturaleza y cultura*. Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1995).
- Kaës, R. (1989). El pacto denegativo en los conjuntos transubjetivos. En M. Missenard (org.), *Lo negativo: Figuras y modalidades*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Lagarde, M. (2016). *Los cautiverios de las mujeres: Madresposas, monjas, putas, presas y locas*. México: Siglo XXI.
- Morin, E. (1994). *Introducción al pensamiento complejo: La inteligencia ciega*. Barcelona: Gedisa.
- Oñate, C. (21 de julho de 2018). *Femicidio: El carácter perverso de la cultura*. Trabajo presentado en el Panel: Femicidio. Acto de violencia y poder. Asociación Mexicana para la Práctica, Investigación y Enseñanza del Psicoanálisis, Cidade do México.
- Santos, B. (2017). Naming bodies: What can research on femicide teach us about psychoanalytic listening? *Division/Review*, 17, 37-38